



# Anais da Assembléia

Nº 36

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 29 DE ABRIL DE 1.980.

ANO VI

## 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

### ATA DA 34.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 1.980

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Domício Scaramella e Jurandir Messias.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Agui-naldo P. Lima, Airtton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

### SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

#### Mensagens:

31/80

Curitiba, 23 de abril de 1.980.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo de Convênio de Cooperação e Compromisso, celebrado em 12 de dezembro de 1.979, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e o Município de APUCARANA, objetivando a execução das obras do terminal rodoviário de passageiros da sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) NEY BRAGA

Governador do Estado.

Ao Departamento Legislativo.

32/80

Curitiba, 23 de abril de 1.980.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo de Convênio de Cooperação e Compromisso, celebrado em 12 de dezembro de 1.979, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e o Município de CASCAVEL, objetivando a execução das obras do terminal rodoviário de passageiros da sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) NEY BRAGA

Governador do Estado.

Ao Departamento Legislativo.

33/80

Curitiba, 24 de abril de 1.980.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas do Convênio de 17 de setembro de 1.979 e de seu Primeiro Termo Aditivo datado de 13 de abril de 1.980, celebrados entre a União, através da Secretaria de Planejamento da Presidência da República e o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, visando dar continuidade ao Programa de Cooperação Técnica e Financeira com os Estados, Territórios, Municípios e o Distrito Federal.

O interesse público na aprovação da medida, ora submetida à aprovação dessa Augusta Casa, está expresso nos próprios textos dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) NEY BRAGA

Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo.

34/80

Curitiba, 24 de abril de 1.980.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Tenho a satisfação de encaminhar à elevada consideração de Vossas Excelências o anexo Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a abrir um Crédito Especial, no valor de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), destinado ao pagamento de pensão especial à viúva e aos filhos do servidor estadual do Tribunal de Justiça, falecido em conseqüência de acidente em serviço, na forma da lei.

O pagamento de pensão especial à viúva e aos filhos de servidor estadual, falecido em conseqüência de acidente em serviço, devidamente comprovado pelo órgão competente, se ampara na seguinte legislação estadual:

a) Art. 1.º da Lei 5.981, de 04 de agosto de 1.969;

b) Arts. 260 e 360, da Lei 6.174 de 16 de novembro de 1.970.

A necessidade da abertura de Crédito Especial em referência deve-se ao fato da inexistência do subelemento de despesa 3.2.5.2 — Transferências a Pessoas — Pensionistas, nas

dotações orçamentárias do Tribunal de Justiça constantes do vigente Orçamento Geral do Estado, à Conta do qual deve ocorrer tal tipo de despesa.

Os recursos orçamentários necessários à abertura do presente crédito são indicados pelo próprio Tribunal de Justiça.

São estas as considerações que julguei oportunas e úteis ao alto pronunciamento dessa Egrégia Assembléia Legislativa sobre o projeto que ora encaminho.

Valho-me da oportunidade para reafirmar a Vossas Excelências a expressão do meu mais alto apreço.

a) NEY BRAGA

Governador do Estado.

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Especial, no valor de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), destinado a atender despesas com pensionistas do Tribunal de Justiça, conforme discriminação abaixo:

ÓRGÃO:	TRIBUNAL DE JUSTIÇA
UNIDADE:	TRIBUNAL DE JUSTIÇA
FUNÇÃO:	ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA
PROGRAMA:	PREVIDÊNCIA
SUBPROGRAMA:	PREVIDÊNCIA SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS
ATIVIDADE:	ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DOTAÇÃO:	0501.15824952031
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES
3.2.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
3.2.5.0	TRANSFERÊNCIAS A PESSOAS
3.2.5.2	TRANSFERÊNCIAS A PESSOAS - PENSIONISTAS.
	Cr\$ 100.000,00

Art. 2.º — Como recurso para cobertura do Crédito de que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado a cancelar igual importância das dotações orçamentárias do Tribunal de Justiça constantes do vigente Orçamento Geral do Estado, conforme discriminação abaixo:

ÓRGÃO:	TRIBUNAL DE JUSTIÇA
UNIDADE:	TRIBUNAL DE JUSTIÇA
FUNÇÃO:	ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA
PROGRAMA:	PREVIDÊNCIA
SUBPROGRAMA:	PREVIDÊNCIA SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS
ATIVIDADE:	ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DOTAÇÃO:	0501.15824952.031
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES
3.2.0.0	TRANSFERÊNCIAS A PESSOAS
3.2.5.0	TRANSFERÊNCIAS A PESSOAS - INATIVOS.
	Cr\$ 100.000,00

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ao Departamento Legislativo.

#### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. WALLACE THADEU DE MELLO E SILVA, ocorrido hoje, nesta Capital. O extinto foi Prefeito Municipal nesta cidade.

Outrossim, requer ainda, após aprovação deste requerimento, dê-se ciência do mesmo à família enlutada.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1.980.

a) Adalberto Daros.

Apoio: Domício Scaramella e Fabiano Braga Côrtes.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inserção na ata de voto de louvor aos Excelentíssimos Senhores Desembargadores Maximiliano Stasiak, Plínio Cachuba e José Said Zanolutti, da 3.ª Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, pelos brilhantes votos que ensejaram decisão unânime, dando ganho de causa ao Coritiba F.C. na ação interposta pelo Sr. Aryon Cornelsen.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1.980.

a) Adalberto Daros.

#### JUSTIFICATIVA:

Essa decisão veio trazer tranqüilidade à família coritibana, pois reconheceu a existência legal do Coritiba F.C. e ainda confirmou a justa homenagem prestada a Antônio Couto Pereira.

Assim, uma vez mais o Egrégio Tribunal de Justiça decidiu de maneira a proporcionar a tranqüilidade e condições de progresso a uma tradicional agremiação de nosso Estado.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com apoio do Plenário, REQUER, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje um voto de congratulações ao Prefeito de Curitiba, Jaime Lerner, pela inauguração do Terminal do Pinheirinho do Sistema de Ônibus Expresso, bem como pela implantação da Tarifa Social aos usuários do transporte coletivo.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1.980

a) David Cheriegate.

#### JUSTIFICATIVA:

Esta é mais uma conquista para os que podem menos. É mais uma demonstração do que significa governar uma cidade "com amor", segundo palavras do Prefeito Jaime Lerner.

O terminal do ônibus expresso é uma inovação e permitirá transportar mais de 40 mil pessoas diariamente e oferecendo conforto para os que aguardam os ônibus para se deslocarem para seu trabalho.

A implantação da tarifa única de Cr\$ 5,50 é uma grande conquista e permitirá uma economia para as famílias de menor poder aquisitivo, motivo porque se denomina tarifa social.

A consignação do presente é uma pequena voz que desejamos acrescentar ao esforço que o Prefeito vem dedicando à Cidade Sorriso com vistas a tornar Curitiba um centro urbano mais humano e para que seus habitantes possam usufruir dos benefícios do planejamento e das melhorias.

Todos os setores merecem atenção da Prefeitura Municipal, como o lazer, a criatividade, a comunicação inter-bairros, e agora o conforto do Terminal e em especial a Tarifa Social.

Ao consignar este voto, almejamos que outros grandes centros urbanos do Paraná, sigam o exemplo e busquem humanizar as cidades que a cada dia vem-se desumanizando.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas,

gativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja transcrito nos Anais desta Casa o apoio e solidariedade dispensados pelos Bispos aos Metalúrgicos de São Paulo, conforme carta em anexo.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1.980

a) Fidelcino Tolentino.

#### JUSTIFICATIVA:

Conforme carta em anexo, o Bispo da Região em greve, Dom Cláudio Hummes, desde o início da greve dos metalúrgicos de São Paulo, se colocou ao lado dos trabalhadores. Com a ajuda dos padres, as Igrejas foram abertas para arrecadarem alimentos e dinheiro, colocando à disposição dos mesmos suas dependências para as reuniões dos operários, principalmente logo após o Governo fechar os sindicatos.

Através de telegrama enviado a Dom Cláudio Hummes, os Bispos do Paraná apoiam o papel desempenhado pela Igreja.

Foi lançado nota oficial pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil apoiando os trabalhadores em greve, e mostrando que, através do seu movimento, estão dizendo ao Governo e aos Empresários que finalmente chegou a hora de serem ouvidos. Os operários querem participar nas decisões da política, econômica e social.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos do dia de hoje um voto de solidariedade aos vigilantes do Paraná que se encontram em campanha por melhores salários.

Requer, outrossim, que a decisão deste Poder seja comunicada à Associação Profissional dos Empregados em Firms de Assessoramento, Perícias, Infomações e Pesquisas, com sede nesta Capital.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1.980

a) Waldyr Pugliesi.

#### JUSTIFICATIVA:

Os vigilantes do Paraná estão em greve na justa luta por melhores salários. A greve está atingindo praticamente toda a Capital e diversos municípios do interior.

Há de ressaltar que a própria forma como são empregados os vigilantes hoje no Paraná é anticonstitucional. Os vigilantes não são contratados diretamente pelas firmas onde vão prestar serviço: existem as locadoras de mão-de-obra (que no Estado todo são mais de 70), em sua maioria pertencentes a militares reformados, segundo um dos advogados dos vigilantes, que vê nisso uma "mina onde sai dinheiro como água". Estas empresas recebem em média 20 mil cruzeiros mensais por vigilante empregado, auferindo com isto altos lucros, pois somente pagam aos mesmos a irrisória quantia de três mil e seiscentos cruzeiros por mês, sendo que o empregado arca ainda com despesas de transporte e algumas vezes uniforme.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER, seja consignada em Ata, um voto de regozijo, pela indicação, pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, do Doutor RENATO ORTOLANI DE SOUZA, que assumiu a Chefia de Gabinete da Secretaria de Segurança Pública.

Aprovado o requerido, solicita o Autor que a decisão deste Poder seja comunicada ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Excelentíssimo Senhor Secretário da Segurança Pública e ao homenageado, acompanhada de cópia do presente requerimento.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1.980

a) Gabriel Manoel.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. JAIR DE OLIVEIRA SOARES, Digníssimo Ministro da Previdência e Assistência Social, Digníssimo Governador do Estado, NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA, Ilustríssimo Sr. Dr. CLEVERSON MARINHO TEIXEIRA, Mui Digno Superintendente do IAPAS, solicitando seja implantado em caráter de urgência um Posto do INAMPS, na cidade de Toledo, bem como estudos e definição sobre implantação de Agência da Previdência Social, com os seus Institutos: INAMPS, IAPAS e INPS.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1.980

a) Egon Pudell.

#### JUSTIFICATIVA:

Justifica-se esta solicitação o fato de que o Município de Toledo atravessar acentuado surto de crescimento demográfico exigindo sua população filiada ao referido organismo, um melhor e real atendimento.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Presidente do Banco do Brasil, OSWALDO ROBERTO COLIN e ao Diretor da Carteira Agrícola do mesmo Banco, ALÉSSIO VAZ PRIMO, solicitando a criação de uma Agência Oficial do Banco do Brasil no Município de Matelândia.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1.980

a) Tércio Albuquerque.

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Matelândia recebeu a instalação do primeiro Posto Avançado do Banco do Brasil, superando todas as expectativas de receptividade pelo setor atendido. Pela demanda de produção e movimento desse Posto Avançado, considerando o município possuir mais de 3.000 propriedades agrícolas e um crescente comércio, o mesmo não satisfaz plenamente a grande clientela, sendo dessa forma, de bom alvitre, a substituição do mesmo por uma Agência Oficial do Banco. Consoante o exposto, e analisados os dados em poder da própria instalação, solicitando os imediatos estudos para a concretização do requerido, considerando ainda a reivindicação de Depósitos Comerciais, modalidade não operada pelo Posto Avançado.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, um voto de louvor a ser destinado ao Senhor Ricardo Machado Lima, pelas suas atuações nos cargos públicos que exerceu.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1.980

a) João Elísio.

#### JUSTIFICATIVA:

Através deste requerimento pretendemos render as nossas homenagens a um paranaense que tendo ocupado postos de relevância para a economia do Estado, sempre se destacou pela capacidade com que soube desempenhar essas funções.

Diretor de Câmbio do Banco do Estado do Paraná no Governo Emílio Gomes, Diretor Superintendente do mesmo

Banco do Estado na gestão do Governador Jayme Canet Júnior e, até recentemente, no mandato do Governador Ney Braga, ocupando o cargo de Diretor do Banco Regional de Desenvolvimento Econômico, em todos esses cargos revelou uma ~~ex~~periência aperfeiçoada no dia a dia, nas áreas econômica e financeira, acumuladas através de um estudo e trabalho sério, honrado, leal e competente.

Ricardo Machado Lima, em todos os cargos e funções que ocupou teve como móvel impulsor o desejo ardente de elevar bem alto o nome das instituições a que pertenceu, agindo sempre com desvelo, entusiasmo e espírito de luta; tendo como meta principal a causa paranaense.

#### Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 34/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE UBI-RATÃ”, com sede e foro em Ubitatã.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1.980

a) Francisco Escorsin.

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais exigidos pela legislação em vigor.

A entidade tem como finalidade, a assistência social em todos os seus âmbitos, destacando-se proteção a infância necessitada, cooperação no desenvolvimento dos programas à serviço da municipalidade, conforme consta de seu estatuto.

Pela atuação da entidade em pauta, o Poder Municipal de Ubitatã, pela Lei n.º 176/79, a declarou de utilidade pública Municipal.

Pelo exposto, submetemos o presente plano de Lei a consideração dos Nobres Pares, esperando para o mesmo seu apoio e aprovação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, nobre Deputado Adalberto Daros.

Antes, porém, a Mesa registra com satisfação a presença em nosso Plenário do Dr. Plauto Miró Guimarães.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estivemos em companhia do Presidente desta Casa, em Brasília, na última semana, na reunião de Assembléias Legislativas do País todo. Na sexta-feira, nós, vindos de Brasília, fomos à Capital de Santa Catarina, Florianópolis, no 1.º Encontro de Parlamentares Trabalhistas da Região Sul, deste País.

E lá, após dois dias de reuniões, após dois dias de discussões os parlamentares, as lideranças do Partido Trabalhista Brasileiro, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná, colocaram à luz do programa partidário as seguintes posições: (Lê):

- “1 — O PTB como partido de Oposição integra o conjunto das oposições visando a reconquista da democracia.
- 2 — O PTB se caracteriza por sua atuação própria diferenciada, fruto de seu programa, seu passado de lutas e conquistas sociais, sua ideologia e um plano alternativo de governo.
- 3 — O PTB como partido político não pode exercer apenas o direito de crítica. Deve apresentar propostas concre-

tas para a solução dos nossos problemas econômicos, políticos e sociais.

- 4 — O PTB historicamente se caracterizou e se caracteriza hoje por sua atuação visando uma reformulação global das estruturas brasileiras. Não somente formula enunciados. Apresenta uma opção efetiva, clara, consciente e possível para o momento histórico brasileiro.
- 5 — O PTB considera estéril o radicalismo verbal desligado das expectativas e interesses das classes trabalhadoras. Visualiza como primordial a organização popular, compatibilizando os processos instantâneos, os movimentos reivindicatórios nos sindicatos, associações de classe, associações de bairros com a ação partidária.
- 6 — O PTB propõe uma alternativa política, democrática e socialista de Governo para a Nação brasileira. Em função desta proposta deve estar a atuação parlamentar.
- 7 — O PTB considera parte de sua tarefa o desenvolvimento de plano de atuação política capaz de demonstrar na prática aos nossos companheiros das demais oposições partidárias a necessidade da mobilização imediata, responsável, conseqüente contra o inimigo comum: o Governo e o Sistema.
- 8 — O PTB afirma uma vez mais sua solidariedade militante aos movimentos dos trabalhadores.  
Luta pela estabilidade efetiva e real que é um dos direitos mais expressivos dos trabalhadores e que foi no passado uma das conquistas mais gloriosas do Partido Trabalhista Brasileiro.  
Manifesta seu repúdio à Lei de Segurança Nacional.
- 9 — Os deputados e as lideranças trabalhistas, além dos aspectos globais da Nação analisaram e definiram as tarefas concretas para seus parlamentares da Região Sul em função dos problemas específicos de cada Estado.
- 10 — Os deputados e as lideranças trabalhistas convocam a Nação para assumir a dura luta pela nacionalização da nossa economia. Acreditamos que nós, por termos no passado patrocinado os grandes movimentos nacionalistas, temos credenciais para esse chamamento.
- 11 — Os deputados e as lideranças do PTB se comprometem em torno de uma linha de ação unitária levar à prática o nosso programa visando construir uma sociedade pluralista.  
Estamos seguros que o futuro pertence por ~~inerte~~ ao socialismo onde todos tenham as mesmas oportunidades.

Florianópolis, 26 de Abril de 1.980

- aa) Deputado Carlos Augusto de Souza — Líder do Bloco do PTB da Assembléia Legislativa do RS  
Deputado Murilo Sampaio Canto — Líder do Bloco do PTB da Assembléia Legislativa de SC  
Deputado Adalberto Daros — Líder do Bloco do PTB da Assembléia Legislativa do PR  
Deputado Romildo Bolzan — RS  
Deputado Américo Copetti — RS  
Deputado Porfírio Peixoto — RS  
Deputado João Satta — RS  
Deputado Erasmo Chiapetta — RS  
Deputado Aderbal Tavares Lopes — SC

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, nobre Deputado Fidelcino Tolentino. Ausente, concedo a palavra ao nobre Deputado Gabriel Manoel, inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.  
Neste instante em que estamos assomando à tribuna, para um voto de congratulação com Sua Excelência o Sr.

Governador do Estado, pela indicação do eminente paranaense para Procurador Geral do Tribunal de Contas. Trata-se do líder jovem, paranista autêntico, que é Odilon Túlio Vargas. Este homem que foi companheiro de Assembléia, Deputado Federal, Presidente do B.R.D.E., Secretário de Justiça, homem afeito às causas paranistas, foi indicado sabiamante por Sua Excelência o Sr. Governador do Estado, para Procurador Geral do Tribunal de Contas.

Então, Sr. Presidente, então Srs. Deputados, quando um fato inusitado acontece no nosso Paraná, quando um homem com justiça e com sabedoria do seu chefe, que é o nosso chefe Ney Braga, é indicado para um alto cargo do Tribunal de Contas, quem tem chefe é índio, e nós conseguimos ser de uma tribo que está mandando no Paraná.

Então Sr. Presidente, continuando, quando Ney Braga indica Odilon de Túlio Vargas, um dos homens ilustrados, uma das tradições paranistas que vem só abrilhantando este Estado que se agiganta no concerto das Nações, não podíamos deixar passar despercebido este ato de assertiva do nosso Governador. Queremos nos parabenizar com o Governador do Estado, e neste instante estamos enviando um requerimento para a apreciação desta augusta Casa.

E como diziam alguns colegas da nossa bancada e os colegas da ilustre bancada do PMDB e das oposições, quem tem chefe é índio. Mas, nós temos Ney Braga como chefe e queremos continuar como índios pelo bem do Paraná e de sua gente.

(Lê requerimento):

“Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, requer seja consignada em Ata, um voto de regozijo, pela indicação, pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, do doutor ODILON TÚLIO VARGAS, ex-Deputado Estadual, Deputado Federal, Secretário da Justiça e Presidente do B.R.D.E., para assumir a Procuradoria Geral do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Aprovado o requerido, solicita o autor que a decisão deste Poder seja comunicada ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Contas e ao homenageado, acompanhada de cópia do presente requerimento.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1.980.”

Então era isso, Sr. Presidente, da nossa euforia. E mais uma vez dizemos muito obrigado a Sua Excelência o Sr. Governador do Estado, que continua sendo o nosso chefe.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra no Pequeno Expediente ao nobre Deputado Romero Filho, inscrito.

O SR. ROMERO FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Encaminhamos hoje um requerimento. (Lê):

“O Deputado infra-assinado, no uso e gozo de suas prerrogativas regimentais,

CONSIDERANDO que é dever do Estado amparar as classes menos favorecidas;

CONSIDERANDO que é dever do Estado prevenir os focos de agitação social, através de medidas justas e humanas;

CONSIDERANDO que é dever do Estado impedir que a gente humilde se torne vítima da sede de lucros de gente mais poderosa, política e economicamente;

CONSIDERANDO que, no Município de Curitiba, está ocorrendo um fato em que a intervenção do Estado se faz necessária, para restabelecimento da paz e da ordem pública;

CONSIDERANDO que a crise em gestação se prende à decretação judicial do despejo de perto de cem famílias, no chamado Jardim das Nações, junto à CEASA, na estrada

para Rio Negro;

CONSIDERANDO que essas famílias estão impedidas de promoverem o registro dos lotes de terreno comprados no Cartório de Imóveis, por haver-se apresentado, na Justiça, como legítima proprietária de toda a área, compreendida pela Planta Vila Tatuquara, e também pelo chamado Jardim das Nações, a Imobiliária Minas-Paraná, sediada em Curitiba;

CONSIDERANDO que os compradores, de muitos anos atrás, de lotes de terreno, e contribuintes de impostos municipais incidentes sobre os mesmos, no Jardim das Nações, contestam a validade dos documentos apresentados pela Imobiliária Minas-Paraná, e defendem os seus direitos;

CONSIDERANDO que o despejo, além de ato desumano, originaria séria questão social, pelo desabrigo intempestivo de centenas de pessoas, convencidas de que, por haverem honestamente comprado e honestamente pago, as propriedades em uso no Jardim das Nações, estão sendo vítimas de grave injustiça;

CONSIDERANDO que a Imobiliária Minas-Paraná se tornou intransigente, e se recusa a qualquer acerto ou acordo com os que dizem proprietários na área;

CONSIDERANDO que é legítima e constitucional a intervenção do Estado, para prevenir mal maior, com a circunstância de que os que se dizem proprietários estão dispostos a colaborar com os poderes públicos,

Requer seja decretada, por interesse social, a desapropriação, pelo Estado, da área do chamado Jardim das Nações e da área, que convier, da Planta Vila Tatuquara, nos termos do parágrafo 22 do artigo 153 da Constituição Federal, a lei maior que nos rege.

Na forma do decreto-lei n.º 58, sobre loteamento em zona rural, caberia a doação de 10% da área de 218.222 metros quadrados à Prefeitura Municipal, para a realização de melhoramentos públicos, mas a Imobiliária Minas-Paraná o fez de apenas 5.005 metros quadrados, ao em vez dos 21.822,2 metros quadrados previstos em lei.

A complementação da parte que deveria ser doada à Prefeitura Municipal, isto é, de mais 16.817,2 metros quadrados, além dos 5.005 já doados, se fez mediante o pagamento à Prefeitura Municipal, a título de indenização, da importância em dinheiro no valor de Cr\$ 11.970,45 (onze mil, novecentos e setenta cruzeiros e quarenta e cinco centavos), com base no Decreto 537, que regulamenta o artigo 55 da Lei Municipal 2942/66, segundo o parecer exarado pelo órgão competente da Prefeitura.

Vemos então, que naquela área, pelo parecer datado de 17 de maio de 1.979, e com o qual a Imobiliária Minas-Paraná Ltda., concordou plenamente, tanto que pagou a importância da indenização à Prefeitura, o metro quadrado é calculado em Cr\$ 1,44 (um cruzeiro e quarenta e quatro centavos).

Logo, ao Estado a desapropriação, por interesse social, não representará ônus maior, porque toda a área de 218.222 metros quadrados sê-lo-á por aquele preço pré-estabelecido, ou seja, Cr\$ 218.222,00 (duzentos e dezoito mil e duzentos e vinte e dois cruzeiros).

A desapropriação, justamente porque por interesse social, se destinará, impreterivelmente, à manutenção no local das famílias que comprovem haverem sido adquirentes de lotes de terreno de terceiros, vivos ou mortos, com a circunstância de que, mediante facilidades, a serem estudadas, essas famílias se comprometem a ressarcir o Estado, desde que feita a desapropriação ao preço justo, e já concordado pela Imobiliária Minas-Paraná, de Cr\$ 1,44 (um cruzeiro e quarenta e quatro centavos) por metro quadrado, quando pagou a indenização à Prefeitura, por faltarem na doação, os 16.817,2 metros quadrados já citados.

O Governo do Estado muito se beneficiará com o ato

de desapropriação, por estar exterminando um foco de agitação, que poderá ampliar-se, e as cem famílias contempladas se mostrarão perenemente reconhecidas a quem impediu que fossem expulsas das casas que haviam construído, em terrenos que haviam comprado e pago.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1980.<sup>W</sup>

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós vimos nesta tribuna hoje para pedir aos Srs. Deputados, tanto do PMDB, como do PP, como do PTB, como do PDS, que aprovelem o nosso requerimento para que essas famílias sejam protegidas pelo Estado por esta indenização tão certa e tão justa.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa registra com satisfação a presença, em nosso Plenário, do Sr. Antônio do Carmo Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal de Apucarana, bem como do Vereador Alcides Ramos, de Apucarana.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há algum tempo o Rio Grande do Sul vem sofrendo uma séria lesão no seu patrimônio cultural, literário, inspirado por homens que perderam a sensibilidade para a prática da justiça e do bem comum.

Um desses paradoxos incompreensíveis é a posição da Eminência Reverendíssima, do Cardeal Arcebispo Dom Vicente Scherer, com relação ao problema das greves dos metalúrgicos no ABC. Este Pastor, de posições reiteradamente controvertidas, e estranhas à realidade social dos nossos dias, declarou recentemente em Porto Alegre, que o problema da greve ser justa ou injusta é dos grevistas. E disse mais: que agora, depois que o Tribunal já julgou a situação, evidentemente essa sentença do Tribunal deve ser acatada por todos, pelos grevistas e muito mais pela Igreja.

Nós falamos, diz ele, em ter respeito à lei. Agora, não cumpri-la é incoerência. E vai adiante, Sr. Presidente: diz que a Igreja oferece os princípios da compreensão, da Justiça, da promoção social, da equidade e todos os grandes valores humanos que são fundamentados no Evangelho de Cristo. E tem ainda a coragem de dizer que posições políticas prejudicam a causa da Igreja.

Isto pode ser considerado uma heresia. Enquanto se questionam problemas fundamentais no meio social, com a participação da CNBB, obedecendo ensinamentos de Medellín, Puebla, Itacaré, esse Cardeal toma posições burguesas e reacionárias, firmando o seu posicionamento em cima de leis infíquas que refletem a espoliação, a escravização, a ditadura do capitalismo selvagem e opressor vigente no País.

Diante das injustiças, não se cruzam os braços sob pena de adotá-la como norma e mais, as normas vigentes são instrumentos da própria injustiça social. Cristo questionava com os poderosos e os chamados sábios da lei, buscando proteger os oprimidos, enquanto temos setores da Igreja que se acomodam nas cadeiras cativas do bem-estar, preferindo lavar as mãos, a polemizar do espírito e da legitimidade das leis vigentes.

Esta é uma questão impostergável, senhor cardeal, e com o devido respeito, quero tributar minha admiração aos Bispos do Paraná, que fizeram ler, nas missas de domingo, em todas as igrejas, uma carta de solidariedade aos metalúrgicos de São Paulo. Não se trata apenas de questionar da legitimidade, mas também, da presença da Igreja que tem uma missão temporal. Não são os metalúrgicos somente que estão em jogo, mas milhares de empregados e sub-empregados, para não dizer dos que não tem emprego e nem destino de que tanto fala a Igreja.

A justiça nasce do consenso, mas tendo como fonte o pressuposto da legitimidade da lei e nunca da legalidade, os protestos de Genebra, da Itália, da França, da Inglaterra, repre-

sentando entidades de trabalhadores, sindicatos, federações e até partidos políticos, repudiaram as prisões dos líderes sindicais do ABC dando um exemplo de grandeza.

Para concluir, Senhor Presidente, o Brasil de hoje é um Brasil dividido e desarmônico; se há miséria no lar, não adianta falar do Evangelho, porque só o Evangelho não dá entendimento e nem condições psico-materiais, das quais a Igreja não prescinde, além do que, lhe cabe uma missão temporal, social e também política. Ignorar essa missão, é fazer como Pilatos.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Senhor Presidente, nobres Deputados.

(Lendo): “Enquanto os estudiosos vêm tentando, nos últimos meses diagnosticar a enfermidade brasileira — aproveitando a brecha no autoritarismo aturdido pelos ventos populares — as classes trabalhadoras procuram encontrar saída para uma situação de arrocho.

O Ministro Delfim Neto afirma que não vivemos em crise, pois crise é vida; é um processo normal da existência. Mas, confessa que nós estamos num momento difícil, agravado especialmente pelos preços no mercado internacional.

Podemos agora ligar os dois fatos: os estudiosos consideram que estamos enfrentando a crise do modelo brasileiro, ou do padrão de acumulação adotado no país à ponta de baionetas. O Ministro Delfim Neto afirma que não há modelo em crise e sim um momento difícil.

O que pensarão a respeito as classes trabalhadoras? O que acham os trabalhadores deste país, contra os quais foi criado este regime político e este modelo econômico que não existe?

O que temos ouvido dos trabalhadores é que o momento é muito difícil para sua sobrevivência; estamos em crise e que precisamos mudar o modelo brasileiro. E vão além: acham que devemos mudar também o Ministro Delfim Neto e este governo do arrocho e do modelo.

Não é preciso ser nem economista, nem sociológico, para constatar que existe o modelo brasileiro. E que ele está em crise degenerativa e que se não mudarmos urgentemente de política econômica, o país entrará em fase convulsiva até que das cinzas nasça outra classe dirigente.

A situação brasileira ficou tão clara que o mais afastado de informações neste país; o trabalhador mais marginalizado sabe que o arrocho foi feito para permitir que alguns poucos acumulem capitais; e que a repressão do governo foi feita para que ninguém proteste contra o arrocho; e que o governo brasileiro não é um governo para os brasileiros, e sim, um governo contra os brasileiros. Pelo menos, contra a maioria do povo brasileiro. E um governo de minoria para a minoria não pode contar com o apoio e a boa vontade de milhões de brasileiros espoliados e submetidos a um regime político que não o representa nem expressa a sua vontade.

Quatro setores estiveram, nos últimos anos, levando vantagens especiais do Sistema e do regime: as empresas de grande porte, especialmente as multinacionais; a tecnoburocracia que funciona como agente executivo dos grandes interesses minoritários; os especuladores e usuários; e os grileiros.

Não dispomos de estudos completos a respeito, mas não cremos que alguém pretenda desmentir a evidência.

Mas, multinacionais à parte, quem levou a maior parte do bolo no país foram os bancos e instituições financeiras formadas em grupos, aglomerados e conglomerados. Recordando um pouco, foi o mesmo Delfim Neto que deu o passo final para a formação dos grandes complexos financeiros. O homem que consolidou os novos e maiores monopólios privados e que acabou de ajustar as empresas estatais e de economia mista ao serviço desses interesses predominantes. Foi quem abriu, par em par, as portas do Estado para servir às iniciativas privadas

de grandes empresas.

Este foi o "Milagre Brasileiro".

Agora, desejamos chamar atenção para outro aspecto: enquanto cresciam os bancos e se formavam novas instituições financeiras reunidas em grupos, aglomerados e conglomerados, os trabalhadores neste sistema sofreram um aperto, um arrocho violento, que foi desde a ampliação do seu horário de trabalho à diminuição do valor real dos salários. Isto sem contar a destruição sistemática de seus órgãos de representação classista. As financeiras cresciam e se concentravam; os bancários decresciam e se desconcentravam porque a ação do governo, a intervenção sindical, foi destruindo conquista a conquista que haviam obtido os bancários.

E os bancos oficiais passaram a ser apenas um tipo de agente financeiro que deveria cumprir programas de atendimento, mas sua administração se constituiu numa corporação não identificada com qualquer programa social ou da economia necessária, e sim um corpo estranho a esses interesses sociais amplos. Constituiu-se num grupo de burocratas das finanças, integrados com as grandes empresas, com o grande capital, com os interesses particularistas dos grupos no governo e no poder.

Os interesses particularistas, identificados com os programas do governo autoritário, tomaram os bancos oficiais e os bancários continuaram sendo meros instrumentos sem maiores direitos e sem voz ativa.

Se isso se tornou visível em todos os bancos oficiais, nos Estados a situação chegou a ser pior. O quadro de servidores agora é visto como área de empreguismo e a hierarquia, como instrumento dos interesses políticos e econômicos. Em cima, o emprego fácil e bem remunerado, conduzindo até ao enriquecimento; embaixo, a dependência política e burocrática, sem carreira, sem segurança e estabilidade.

Este é o lamentável quadro em que mergulham as instituições financeiras do Estado. Sem cumprirem sua destinação social; sem exercerem o papel social de mediação frente à iniciativa privada. Ao contrário, tornaram-se estruturas de apoio aos interesses privatistas.

E como os bancos oficiais, notadamente no Paraná, não devem prestar contas à opinião pública, a corrosão de seus recursos é a consequência de sua dependência político-buro-

crática. Para lembrar, nas últimas eleições, o Banco do Estado do Paraná S/A realizou um programa anti-social, do interesse dos grupos empenhados na eleição dos candidatos oficiais. Gastou e se desgastou na aplicação de dinheiros para atender à clientela eleitoral do governo. E sofreu grande desgaste e malversou recursos de que era guardião e não dono, a tal ponto que todos os bancos exibem desempenhos elogiáveis, mas o Banco do Estado do Paraná S/A confessa estar em dificuldades.

Quais são essas dificuldades? Como aconteceram num período em que instituições similares nadam em resultados favoráveis?

Vamos buscar na natureza dos fatos, as razões expostas pela Direção Administrativa do Banco do Estado do Paraná S/A, através de circulares, que vêm agindo como fator inibidor aos bancários, gerando um clima de intranquilidade e medo.

Os fatos:

A partir de 23/06/76, através da circular "Direção Geral-Dirum/1830/76", o Banco do Estado do Paraná S/A, organização de crédito oficial de nosso Estado e de responsabilidade solidária desta Casa, vem cometendo várias arbitrariedades contra seus funcionários, reduzindo ilegalmente os seus salários.

Sob a alegação de "**melhorar ainda mais o poder aquisitivo do nosso quadro de pessoal para fazer face às constantes altas do custo de vida**", o banco resolveu reajustar os níveis dos ordenados padrões e as comissões de cargos vigentes em 31/08/76, exatamente 45 dias antes das eleições municipais do referido ano. (Circular n.º 164/76 de 24 de setembro de 1976).

A euforia dos funcionários durou pouco. Em janeiro de 1977, alegando que a reestruturação do quadro de carreira havia incorporado parte da gratificação semestral, o Banco reduziu a referida gratificação de 1/3 dos proventos percebidos no semestre, para 1/4 dos mesmos proventos.

Mesmo levando em consideração que a gratificação tenha sido parcialmente incorporada ao salário pela reestruturação, o Banco reduziu substancialmente o salário de parte de seu efetivo, conforme demonstração do quadro abaixo.

"Aos níveis IV, V, VI, VII e VIII, foram atribuídos percentuais de reajustamento que determinaram a evolução salarial demonstrada no quadro abaixo, anterior ao último reajuste salarial da categoria:

NÍVEL	SALÁRIO ANTERIOR	PERCENTUAL DE REAJUSTE	SALÁRIO RESULTANTE
IV	6.015,00	6.43%	6.402,00
V	6.435,00	7.46%	6.915,00
VI	6.885,00	8.43%	7.467,00
VII	7.347,00	9.23%	8.025,00
VIII	7.840,00	9.49%	8.586,00

Acrescentando-se ao salário padrão as demais verbas integrantes dos proventos gerais (comissão, anuênio e a diferença de um terço); levando-se em conta que a gratificação semestral foi reduzida de 1/3 para 1/4 dos proventos gerais (item 5, da Circular citada) e tomando-se como exemplo o Nível IV,

com o respectivo salário de um semestre, antes e depois da reestruturação, válido também para os níveis seguintes, como se pode verificar pelo quadro a seguir, constatou-se a ocorrência de prejuízo. Considerou-se no exemplo, o total de oito anuênios, que é o período máximo para o acesso ao Nível IV.

#### EXEMPLO

VENCIMENTOS SEM REESTRUTURAÇÃO	VENCIMENTOS REESTRUTURADOS
De 1/07/76 à 31/08/76	De 1/07/76 à 31/08/76
Vencimentos ..... 6.015,00	Vencimentos ..... 6.402,00
Anuênios (oito) ..... 264,00	Anuênios (oito) ..... 264,00
Comissão ..... 2.120,00	Comissão ..... 2.233,00
Sub-total ..... 8.399,00	Sub-total ..... 8.899,00
Soma dos vencimentos de julho e agosto/76 ..... 16.798,00	Soma dos vencimentos de julho e agosto/76 ..... 17.798,00

De 01/09/76 a 31/12/76 (+ 43%)		De 01/09/76 a 31/12/76 (+ 43%)	
Vencimentos .....	8.604,00	Vencimentos .....	9.156,00
Anuênios (oito) .....	480,00	Anuênios (oito) .....	480,00
Comissão .....	3.070,00	Comissão .....	3.070,00
Sub-total .....	12.154,00	Complemento 1/3 .....	142,00
		Sub-total .....	12.848,00
Soma dos vencimentos de setembro a dezembro/76 .....	48.616,00	Soma dos vencimentos de setembro a dezembro/76 .....	51.392,00
Total do semestre .....	65.414,00	Total do semestre .....	69.190,00
Gratificação 1/3 .....	21.804,67	Gratificação 1/4 .....	17.297,50
Gratificação Especial .....	3.070,00	TOTAL SEMESTRE .....	86.487,50
TOTAL SEMESTRE .....	90.288,67		

**PREJUÍZO -- Cr\$ 3.801,17 (Sindicato Bancários de Curitiba - Ofício dirigido ao Banco em 10/12/76)**

A Consolidação das Leis do Trabalho, em claros dispositivos, amplamente referendados por incisiva jurisprudência da Justiça do Trabalho, proíbe a redução de salários, salvo nos casos devidamente comprovados de prejuízos, o que não era o caso do Banco.

As entidades sindicais bancárias do Estado do Paraná procuraram, na defesa dos direitos de seus associados, através de vários contatos com os Diretores do Banestado, resolver o problema que até a presente data não teve solução.

Passado um ano da primeira redução e usando da mesma forma arbitrária, a Diretoria do Banestado, ao encerrar o balanço geral de 1979, ocasião em que agradecia os esforços de seus funcionários pelo **"ingente esforço dispendido para que pudessem superar um ano difícil"**, aproveitou o ensejo para mais uma vez reduzir a gratificação semestral de seus funcionários, numa alteração ilegal e unilateral do Contrato de Trabalho, vilependando o direito adquirido pelos funcionários no decorrer de toda a existência daquela Organização de Crédito.

Alvo também, de diversas críticas por parte das entidades sindicais que não mediram esforços na busca da solução, sempre através do diálogo, para mais esse problema.

Iniciou-se também, no ano de 1979, uma série de medidas de "contenção de despesas", sempre em detrimento de seus funcionários que são obrigados a assistir pacificamente a espoliação de seus direitos.

O Banco do Estado do Paraná S/A., a par das atribuições financeiras inerentes à sua própria criação, ainda mais, pelas suas características de banco oficial, tem também o compromisso social, de buscar a elevação intelectual de seus beneficiários. A "Resolução n.º 19/79", de sua Diretoria, estabelece em seu item 3 um novo horário de Expediente aos funcionários lotados no Centro Administrativo de Santa Cândida, que se estende diariamente até às 18,30 horas, proibindo que esses empregados freqüentem as escolas de Curitiba, que iniciam suas aulas entre 19,00 e 19,30 horas.

A mesma Resolução de n.º 19/79, propõe a redução incondicional das horas extras dos funcionários não comissionados, integrada há vários anos nos salários, medida essa completamente ilegal, quer pelo princípio de irredutibilidade salarial, quer pela sua característica social de complementação dos proventos. Este adicional, que até bem pouco tempo, vinha sendo oferecido na admissão de seus empregados, como condição de ingresso nos quadros do Banco, faz parte integrante da previsão orçamentária do banestadense. Se retirado, causará graves distúrbios na sua situação financeira com possíveis reflexos negativos na produtividade daqueles que, com dedicação e entusiasmo, vêm construindo o complexo financeiro do Banco do Estado do Paraná S/A.

Corroborando com essas medidas a Superintendência Regional, através da Circular 0163/79, de 22/01/79, após rápido considerando, propõe a alteração do horário dos caixas,

sugerindo que os mesmos, após encerramento de seu expediente, trabalhem em outros setores internamente. Quem como eu, já emprestou os seus serviços a algum Banco, sabe perfeitamente da impraticabilidade dessa medida, principalmente tendo em vista que os caixas prestam serviços de alta responsabilidade das 9,00 às 18,30 horas, com um pequeno intervalo para almoço, perfazendo bem mais de 8 horas diárias.

O Sindicato de Bancários de Curitiba em seu "Informativo Bancário", n.º 3, denunciou no mês de março deste ano, duas medidas de contenção de despesas:

a) — Reduziu o número de vigias noturnos no Departamento de Processamento de Dados, o que vem facilitando a ação dos ladrões, que no dia 25 de março, entraram no DEPAR, depredando e roubando.

b) — No caso de auxílio-doença, o Banestado vinha complementando o salário de seus funcionários da seguinte forma: O FUNBEP pagava 20% e o Banco os 80% restantes. Mais recentemente, a complementação paga pelo Banco vem obedecendo a perícia feita pelo próprio empregador, que, exorbitando de suas funções, expede pareceres médicos a esses funcionários, em gozo de auxílio-doença. Será também contenção de despesas às custas desses espoliados bancários?

No início deste ano, também sob a bandeira da redução de custos, o Banco do Estado do Paraná, passou a utilizar no seu quadro de portaria, os guardas-mirins do Instituto de Assistência ao Menor (IAM), sub-locando a mão-de-obra desses jovens. Acontece que os mesmos prestam serviços dentro do banco e o responsável direto e solidário pelas obrigações trabalhistas e sociais é o próprio Banco que deveria contratar esses menores às suas expensas e não fazê-lo indiretamente, com o objetivo único de explorar economicamente a potencialidade de trabalho desses menores.

O pior é que o Banco do Estado do Paraná, ao tomar essas medidas, o faz sob o argumento de **"pouca lucratividade"**. É inadmissível que justamente o setor que obtém os maiores privilégios do Governo Central, onde os lucros são incalculáveis, ao ponto de algumas organizações do setor evitarem a divulgação das cifras escandalosas, para que o Banco do Estado do Paraná use o argumento de **"pouca lucratividade"**.

As ilegalidades no Banco do Estado do Paraná são cometidas com a evasiva afirmação de contenção de despesa, aumento acelerado da inflação etc. ... Ora, no momento político-econômico, o real prejudicado acaba sendo o empregado, anônimo das decisões superiores, marginalizado pela distância das negociações diretas com seu empregador.

O Brasil é um país de banqueiros, que a cada mês, anunciam a pomposa inauguração de mais uma agência. E elas surgem todas as semanas, aqui e até no Paraguai, faraônicas, suntuosas, dentro das linhas arquitetônicas mais modernas.

O Banco do Estado do Paraná possui, aqui na capital, uma tal Agência-Modelo. Qual a finalidade?

Devemos, imbuídos de clamor à justiça, levantar a bandeira dos bancários, uma classe que convive com o dinheiro alheio, sem ao menos ver seu direito cumprido por seus patrões.

Escandalosas aberrações estas, dificultando o engajamento popular ao caminho da justa paz social. Mentindo, iludindo, o governo vê e assegura o distanciamento das classes trabalhadoras nas importantes decisões.

Ao banqueiro, tudo. Ao bancário, nada. É preciso corrigir essas disparidades sócio-econômicas, aproximando o trabalhador ao coeficiente lucrativo das empresas. Desconcentrando efetivamente a renda, como forma correta para o alcance da igualdade "digna da sobrevivência".

Ao apresentarmos tais denúncias, fazemos um alerta aos companheiros, no sentido de que esta Casa deve exercer o direito de fiscalização, sem temer pressões ou aliciamentos.

O Banco do Estado do Paraná tem cometido abusos contra os seus funcionários, que pacientemente aguardam suas gratificações semestrais agredidas, confiscadas e achatadas."

Em função desses acontecimentos é que estamos enviando à Mesa Executiva um requerimento, solicitando informações da Diretoria do Banco do Estado do Paraná.

Requerimento com o seguinte conteúdo: (Lê).

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário das Finanças determinando à Direção do Banco do Estado do Paraná S/A., que preste as seguintes informações:

1) - Houve uma redução nas gratificações dos funcionários, em termos nominais? E a quanto montou essa redução?

2) - Os guardas-mirins do Instituto de Assistência do Menor (IAM) prestam serviços efetivos dentro do banco? Com quais características de vínculos empregatícios?

3) - Qual o valor pago pelo Banco por essa sub-locação de mão-de-obra?

4) - Qual o número de admissões ocorridas nos anos de 1978 e 1979?

5) - Qual o número de rescisões de contrato de trabalho? a) por justa causa? b) sem justa causa? c) por aposentadoria?

6) - Qual o valor jogado na conta "Crédito em Liquidação", durante os anos de 1978 e 1979, seus tomadores e respectivos valores? E qual o critério adotado pelo Banco para verificação da insolvência desses débitos?

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1980."

Outro requerimento: (Lê)

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado TELEX aos Srs. Ministros do Planejamento e Fazenda; ao Banco Central e ao Conselho Monetário Nacional, solicitando a imediata revogação da recente medida que estabelece a taxa de 6,9% a título de IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRA (IOF).

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1980.

a) FIORI LUIZ

#### JUSTIFICATIVA:

A taxa de 6,9% a título de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) dos financiamentos de imóveis, cujo valor supere duas mil UPs. A incidência do IOF determinará um aumento no preço dos imóveis, além de atingir diretamente a classe média, que é a que mais se ressentir das medidas anti-inflacionárias do Governo. Diante desses fatos é que solicitamos a revogação do ato.

O "x" da questão está realmente nesta sexta indagação, com relação aos créditos em liquidação. A partir daqui nós vamos encontrar os motivos reais da não lucratividade do Banco do Estado do Paraná, mas será motivo para outro pronunciamento com mais dados que temos em mãos, e trare-

mos aqui, aqueles que foram aquinhoados com largos empréstimos para a campanha de 1978, e que estão hoje como tomadores em créditos em liquidação. Está aí o motivo da não lucratividade do Banco do Estado do Paraná, mas temos em mãos todos estes dados e relacionaremos um por um, se for o caso.

Concedo o aparte ao Deputado Lineu Turra.

O Sr. Lineu Turra - Deputado Fiori Luiz, realmente Vossa

Excelência faz um pronunciamento muito importante e denuncia fatos que devem merecer atenção dos Poderes Públicos e dos homens públicos do Paraná. Ouvi há poucos dias, um grande empresário nacional, o Sr. Emílio de Moraes, que disse: "O melhor negócio, neste País, é ser banqueiro. E, realmente nós constatamos, através de muitos bancos não oficiais, que os lucros são fabulosos. E eu não sei como e porque, o Banco do Estado possa alegar que não venha obtendo rentabilidade satisfatória.

Mas nós queremos, na oportunidade em que Vossa Excelência faz este pronunciamento, dar também o testemunho de um fato que chegou ao nosso conhecimento. É que está havendo uma manobra, uma manobra de todos os Bancos, inclusive do Banco Oficial, excetuado o Banco do Brasil, de fazer uma rotatividade de funcionários. Quando o funcionário atinge determinado nível da sua carreira, então este funcionário é despedido porque para o mesmo cargo é contratado um funcionário com vencimento inicial. E esse funcionário que atingiu um nível mais elevado, em determinada função no Banco, vai ser contratado como funcionário de carreira inicial em outro Banco. Então existe uma rotatividade entre os Bancos, exatamente, numa manobra para prejudicar os funcionários e diminuir os seus custos de serviços. E aliás, tive conhecimento até de que essa foi uma orientação do Ministro Delfim Neto. Veja bem, Vossa Excelência como se trabalha contra o povo e contra os trabalhadores, neste País, que se ajeitam fórmulas até para fraudar o direito dos trabalhadores; daqueles que trabalham. Porque hoje em dia a maioria do povo brasileiro está a serviço dos donos do dinheiro; daqueles que dominam com o dinheiro este País e impõem as decisões que hoje são verdadeiros massacres ao povo brasileiro. E por isso está aí toda essa rebelião no Brasil inteiro, em todos os segmentos da sociedade, levantando-se contra este estado de coisas que é imposto, inclusive com orientação do Governo Central.

Era esse o registro que eu queria fazer, Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ - Muito obrigado, Deputado Lineu Turra.

E ocorre que apesar da propaganda oficial na televisão, que o Banco e o Paraná podem contar, é o Banco realmente que o Governo utiliza como agente financeiro para todo tipo de compra e para gastos em campanhas políticas.

Esta falta de lucratividade alegada pela Diretoria do Banco do Estado é sintomática. E a cada eleição mais esse órgão oficial carrega recursos para determinados candidatos a Deputado ou a Prefeitos abrindo as contas bancárias e as portas dos estabelecimentos, e obrigando até funcionários a trabalharem para o Governo em campanhas eleitorais. Se for do Governo tem crédito aberto e dinheiro à vontade, não precisa pagar, porque vai para crédito de liquidação. Mas quem acaba sendo prejudicado é o espoliado do empregado, o funcionário, que nem as gratificações recebe.

Então nós estamos enviando à Mesa este pedido de informações, através da Secretaria de Finanças, à Diretoria Geral do Banco do Estado do Paraná.

Era isso, Sr. Presidente, nobres Deputados. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). - Está encerrada a Hora do Expediente, passaremos à Ordem do Dia. A Mesa registra, com satisfação, a presença dos Srs. Deputados Federais Haroldo Moleta e Maurício Fruet.

A Mesa lembra os nobres Srs. Deputados, de acordo com

o entendimento já mantido com os Blocos Partidários, solici-  
taria dos Srs. Deputados, uma reunião de todos os Srs. Depu-  
tados, no Pequeno auditório deste Poder Legislativo.

Passa-se à

# ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado  
Francisco Escorsin, constante do expediente. Necessita de apoia-  
mento. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 12/80, de autoria do  
Deputado FRANCISCO ESCORSIN, que declara de utilidade  
pública a “Fundação de Assistência ao Menor Aprendiz -  
FAMA”, com sede e foro na cidade de Curitiba. Parecer  
FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 02/80, de  
autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA,  
(Mens. Govern. n.º 02/80), que aprova Termo Aditivo n.º 9, ao  
Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, que  
através de órgãos que especifica, objetiva execução das primei-  
ras etapas do Projeto Logos II. Parecer FAVORÁVEL da  
C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 03/80, de  
autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA,  
(Mens. Govern. n.º 03/80), que aprova Termo de Convênio  
celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Minis-  
tério da Educação e Cultura, que objetiva regular as obri-  
gações decorrentes da aplicação de recursos oriundos do Orça-  
mento da Secretaria de Ensino de 1.º e 2.º graus para o exer-  
cício de 1979. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unani-  
midade. — Em votação.

O SR. ADALBERTO DAROS — (Pela ordem). Sr. Presidente,  
requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa defere  
e solicita do Sr. 1.º Secretário a chamada nominal.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede à chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Responderam  
à chamada 39 Srs. Deputados. Há “quorum” para a vo-  
tação.

Em votação o Projeto de Resolução n.º 03/80. — **Apro-  
vado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 04/80, de auto-  
ria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens.  
Govern. n.º 06/80), que aprova termo de convênio n.º 83/79,  
celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, que através  
de órgãos que especifica, objetiva promover exames de suplên-  
cia profissionalizante em 06 (seis) modalidades, a nível técnico  
de segundo grau. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unani-

midade. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 05/80, de auto-  
ria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens.  
Govern. n.º 07/80), que aprova Convênio celebrado entre o  
Governo do Estado do Paraná e o Município de Marilena, obje-  
tivando a execução de obras destinadas ao combate da erosão  
na sede do referido município, previstas no Programa Especial  
de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná.  
Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Sobre a mesa,  
requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Da-  
ros, com o apoio dos Srs. Deputados Domício Scaramel-  
la e Fabiano Braga Côrtes, constante do expediente, solicitando  
voto de pesar pelo falecimento do Dr. Wallace Thadeu de Mello  
e Silva, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado.** — Ao Departa-  
mento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel  
Manoel, constante do expediente, solicitando voto de regozijo  
pela indicação pelo Sr. Governador do Estado, do Doutor  
Renato Ortolani de Souza, que assumiu a Chefia de Gabinete da  
Secretaria de Segurança Pública. — **Aprovado.** — Ao Depar-  
tamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Ma-  
noel, lido da tribuna, solicitando voto de regozijo pela indica-  
ção do Doutor Odilon Túlio Vargas, para assumir a Procura-  
doria Geral do Tribunal de Contas do Estado. — Em votação.  
O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Para encaminhar a votação.  
O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa infor-  
ma ao nobre Deputado, que para este tipo de requerimen-  
to não existe encaminhamento de votação. — Em votação. —  
Aprovado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, pela ordem.

Eu quero fazer declaração de voto. Regimentalmente é  
permitido. Meu voto sem mais delongas, é contrário.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Em votação.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem). Sr. Presidente, requei-  
ro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa defere  
e procederá a verificação de votação.

3 Srs. Deputados aprovam; 15 Srs. Deputados rejeitam.  
Não há “quorum” para votação nem para prosseguimento  
da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão,  
marcando outra para amanhã, dia 30, quarta-feira, à hora  
regimental, com a seguinte

# ORDEM DO DIA:

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 6/80 e 7/80.

Levanta-se a sessão.